

Orcamento

CPI sob pressão desiste de relatório parcial

BRASÍLIA — Pressões políticas dos partidos e de importantes líderes do Congresso levaram a CPI da máfia do Orçamento a acabar com o relatório parcial, que traria as primeiras sugestões para cassações de mandatos dos envolvidos no desvio de verbas públicas. O relatório parcial deveria estar concluído até quarta-feira, para ser votado na CPI até o dia 23.

As pressões para acabar com o relatório parcial envolveram praticamente todos os partidos, sobretudo o PMDB e o PFL. A CPI decidiu que será feito apenas um relatório, que deverá estar concluído até 17 de janeiro, com o final dos trabalhos de investigação da CPI.

— Confesso que temeria pelo barco da CPI se não contássemos com o apoio dos dois maiores partidos no Congresso — afirmou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Além dos questionamentos jurídicos, a exclusão do relatório parcial ocorreu também por temor de que ele esvaziasse a CPI. Desde que ficou decidido que haveria o relatório parcial, nenhum parlamentar se ofereceu para depor, evitando ser incluído na primeira lista. Essa foi a estratégia do ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro, que adiou por duas vezes seu depoimento e conseguiu fugir do relatório que estava sendo preparado. O PFL, segundo membros da CPI, teria também pressionado para evitar a citação do ex-líder do partido na Câmara Ricardo Fiúza (PE).

— Felizmente saímos da armadilha do relatório parcial. Houve gente que telefonou até do exterior pedindo para não depor antes do dia 16 — afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP), que não é membro da CPI mas participa de todas as reuniões.

Roberto Magalhães, que inicialmente era contrário a apenas um relatório, também apoiou o cancelamento do relatório parcial, por causa dos documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Norberto Odebrecht. Segundo ele, dois parlamentares (Sérgio Guerra e José Carlos Vasconcelos), que no relatório parcial ficariam isentos, continuam sendo investigados, já que são constantemente citados nos documentos da Odebrecht.

Magalhães disse que com o fim do relatório parcial não há como parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento ficarem fora do relatório por falta de depoimentos.

— Quem não depuser até o dia 17 de janeiro, havendo indícios de envolvimento, entrará no relatório final.



Gustavo Miranda



Jarbas Passarinho está pensativo, enquanto Roberto Magalhães deixa a mesa de reuniões da CPI do Orçamento